

CNI faz plano de ação política para defender livre iniciativa

por Sylvio Costa
de Brasília

A democracia brasileira está ameaçada, conforme acredita a Confederação Nacional da Indústria (CNI). A preocupação com a ruptura institucional é expressa de forma clara no documento Plano de Ação da CNI para os Anos 90, que foi unanimemente aprovado tanto pelos diretores da entidade quanto pelos presidentes de onze federações de indústrias, até mesmo Mário Amato (São Paulo), Arthur João Donato (Rio de Janeiro), José Alencar Gomes da Silva (Minas Gerais) e Luiz Carlos Mandelli (Rio Grande do Sul).

O texto, que procura definir uma estratégia de atuação da confederação para os próximos anos, afirma: "O fortalecimento da classe política e do poder Legislativo, o avanço do Estado, as preferências estatizantes de grande parte da população, a crise de autoridade, a descrença popular no governo e no próprio empresarial, tudo isso,

permeado pela crise econômica, colocará o País diante de soluções eleitorais inéditas que poderão pôr em risco a sobrevivência do regime de livre iniciativa do Brasil. Por isso, os novos tempos exigem uma entidade de peso que seja capaz de bloquear racionalmente as aventuras político-institucionais contra a economia de mercado e a própria democracia".

Aprovado pelas principais lideranças industriais do País no último dia 27 de janeiro, o documento foi mantido em sigilo até o momento, por recomendação do presidente da CNI, Albano Franco. São apenas cinco laudas, nas quais são delineados os princípios gerais de ação dos órgãos de representação empresarial "em direção ao próximo milênio". Estas diretrizes serão detalhadas e aprofundadas em outro estudo, o Plano de Ação do Sistema CNI para os Anos 90", que será concluído até meados de agosto por um grupo de trabalhadores constituído

por empresários de diversos estados.

Na estratégia traçada pelo setor industrial, são estabelecidas desde tarefas organizacionais — cuja essência é a modernização, profissionalização e melhoria da eficiência das entidades patronais — até ações de caráter puramente ideológico: "A CNI terá de marcar presença lançando projetos de modo permanente para que o governo, os políticos, a imprensa e a própria opinião pública passem a debater as coisas que nos interessam de perto."

O roteiro desenhado pelos industriais, no que se refere à sua inserção futura na sociedade brasileira, tem como ponto de partida uma avaliação do "lobby" empresarial na constituinte: "Foram 19 meses de intensa luta em defesa dos interesses da livre iniciativa. Nem tudo foi vitória. Mas a Constituição de 1988 saiu bem melhor do que os planos iniciais das comissões temáticas, de tendência altamente estatizante. Os

próximos 24 meses, por sua vez, exigirão igualmente uma presença continuada da CNI junto ao Congresso Nacional, cuja tarefa principal será a elaboração da legislação complementar à Constituição Federal".

"Se a caminhada percorrida foi longa e proveitosa", diz o texto, "a que está para acontecer exige mais capacitação e ainda mais presença da CNI na sociedade brasileira. A nova Constituição introduziu enormes desafios à iniciativa privada. Teremos de demonstrar de todas as maneiras nossa eficiência e até superioridade sobre a ação estatal no setor produtivo. Além disso, uma nova ordem sindical será materializada daqui para a frente, dentro de um clima de mais liberdade, e serão enormes os desafios no próprio embate entre capital e trabalho. É fundamental evitar a pulverização de nossas forças, com o embate entre empresas nacionais e estrangeiras, a luta entre empresas de maior e de menor porte e outros."